

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Relatório do Auditor Independente acompanhado das
Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2017

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis	3
Relatório da Administração	6
Demonstrações Contábeis	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017	16

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 5º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3529-9234
www.granthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Tijóá Participações e Investimentos S.A.
Andradina - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Tijóá Participações e Investimentos S.A.** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Tijóá Participações e Investimentos S.A.** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 2018.

A handwritten signature in blue ink that reads "Ana Cristina Linhares Areosa".

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3 "S" - SP

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Senhores Acionistas:

De acordo com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, permanecendo à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Perfil Corporativo**

A Tijoá é a concessionária da usina hidrelétrica Três Irmãos (UHE Três Irmãos), responsável pela administração, operação e manutenção da usina.

A concessão da UHE Três Irmãos foi outorgada para a Tijoá através do Leilão ANEEL 02/2014 e está regulada pelo Contrato de Concessão nº. 003/2014-MME que estabelece o custo de gestão dos ativos de geração (GAG), reajustados anualmente pelo IPCA.

O prazo da concessão é de 30 anos contados de 10 de outubro de 2014.

A UHE Três Irmãos está localizada no município de Andradina, na região do baixo Tietê, possui 5 unidades geradoras, capacidade instalada de 807,5 MW e energia assegurada de 217,5 MW. A usina conta ainda com uma estrutura de duas eclusas e um canal que possibilitam a navegação pela Hidrovia Tietê-Paraná.

A Tijoá também é a prestadora de serviços de operação e manutenção das eclusas e operação do canal pelo prazo de 5 anos, contados de novembro de 2014, através do contrato de prestação de serviços firmado com o DNIT.

Estrutura Societária

A Tijoá está organizada na forma de uma sociedade anônima de direito privado, e conta com dois acionistas: a Juno Participações e Investimentos S.A., com 50,1% das ações, e FURNAS Centrais Elétricas S.A., com 49,9% das ações.

Perspectivas da Administração

De acordo com o Plano de Manutenção da companhia, a Tijoá estará concentrada em 2018 na realização da MPP2 da UG-04.

Também serão concluídas as obras de melhorias do escritório administrativo da usina, a obra de implantação do almoxarifado e a pintura das coberturas móveis da casa de máquinas.

Adicionalmente serão realizadas modernizações do painel da comporta de emergência UG-04 e do sistema de supervisão e controle do nível dos poços de drenagem.

No que se refere à gestão ambiental e fundiária, a Tijoá dará seguimento ao seu planejamento para o atendimento às condicionantes da Licença de Operação, bem como se dará continuidade ao programa de P&D (“Metodologia de Valoração de Bens e Serviços Ecológicos”) iniciado em 2017.

Principais Realizações de 2017

Em 2017 a Tijoá concluiu a recuperação da UG-05, iniciada no segundo semestre de 2016, de acordo com a Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.864 e nº6.676.

Foram realizadas obras de melhorias do escritório administrativo da Usina, bem como, foi iniciada a obra para implantação do Almoxarifado.

Adicionalmente houve substituição do Banco de Baterias das Salas 1 e 2 e a reforma da Bomba de Esgotamento 1. Realizou-se também a manutenção no pórtico 750kN da Tomada d' Água.

A Companhia manteve seu índice de disponibilidade acima do mínimo exigido, o último índice verificado no ano foi de 93,907%.

Iniciou-se o projeto de P&D intitulado “Metodologia de Valoração de Bens e Serviços Ecosistêmicos” associados à projetos de conservação ambiental em reservatórios hidrelétricos. O projeto está sendo desenvolvido pelo Instituto de Economia da UFRJ e Fundação Universitária José Bonifácio.

Desempenho Econômico e Financeiro

O desempenho econômico e financeiro corresponde as operações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi:

Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro

(Em milhares de reais)

	2017	2016
(+) Receita anual de geração (RAG)	133.773	123.993
(+) Receita de serviços	4.336	3.618
(=) Receita bruta	138.109	127.611
(-) Tributos	(12.905)	(11.913)
(=) Receita operacional líquida	125.204	115.698
(-) Encargos de geração	(75.396)	(69.499)
(-) Custos de O&M	(20.326)	(18.175)
(-) Custos com pessoal	(5.747)	(5.304)
(-) Seguros operacionais	(1.147)	(1.125)
(=) Lucro operacional	22.589	21.595
(-) Despesas gerais e administrativas	(3.656)	(3.477)
(=) EBITDA	18.933	18.118
(-) Depreciação e amortização	(654)	(459)
(=) EBIT	18.279	17.659
(-) Resultado financeiro líquido	960	(661)
(=) Lucro antes do IR e CS	19.239	16.998
(-) IRPJ e CSLL	(6.428)	(5.899)
(=) Lucro líquido do exercício	12.812	11.099

O EBITDA de 2017 atingiu o valor de R\$ 19 milhões e o Lucro Líquido do exercício foi de R\$ 13 milhões.

Recursos Humanos

Foram realizados treinamentos de reciclagem das normas regulamentadoras relativas à segurança e medicina do trabalho.

Foi implementada a política de treinamento e desenvolvimento, bem como foi desenvolvido o programa de remuneração variável baseado em metas corporativas, gerencial e individual. Adicionalmente foi adaptado os aspectos trabalhistas da Tijoá para implantação do e-social.

Meio Ambiente

A Licença Ambiental de Operação da UHE Três Irmãos foi emitida para a Tijoá pela CETESB em 10 de outubro de 2014 e tem validade até 2 de dezembro de 2021. Todas as condicionantes da Licença Ambiental de Operação estão sendo cumpridas.

Agradecimentos

Registramos, nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração da Companhia pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, assim como a todos os demais que direta ou indiretamente contribuem para o cumprimento da missão da concessionária.

Conselho de Administração

Presidente: Carlo Alberto Bottarelli Titulares: Luiz Alberto Kuster, Luiz Eduardo Manara, João Luiz Fontes de Almeida; Antônio Costa e Costa, Marise Grinstein

Suplentes: Sandro Antônio de Lima, Marina Mayo Germano Albernaz, Ilton Barboza Telles, Ramon Rodrigues Vieira de Carvalho

Conselho Fiscal

Titulares: Bruno Shigueyoshi Oshiro, Rodrigo Figueiredo Soria, Paulo Roberto Franceschi
Suplentes: Evandro Ferreira de Oliveira, Rodrigo dos Santos Sirena, Ricardo Bertucci

Diretoria

Presidente Diretor Técnico: Newton Lins Buarque Sucupira Filho
Diretor Administrativo e Financeiro: Carlos Henrique Scalco

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais)

		31/12/2016	
	Notas	31/12/2017	(Reclassificado)
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.008	8.479
Aplicação financeira vinculada	5	6.973	11.570
Contas a receber	6	13.885	18.613
Impostos a recuperar	7	601	487
Outros créditos	8	1.405	1.091
Total do ativo circulante		29.872	40.240
Ativo não circulante			
Impostos diferidos	23	194	-
Imobilizado	9	39.413	20.413
Intangível	10	818	1.133
Total do ativo não circulante		40.425	21.546
Total do ativo		70.297	61.786

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	11	3.484	649
Encargos do setor	12	8.867	9.386
Partes relacionadas	13	3.294	2.582
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	14	1.260	640
Impostos e contribuições a recolher	15	664	859
Adiantamento - Reparo UG 05	16	-	10.373
Dividendos a pagar	17.3	-	185
Outras obrigações		235	67
Total do passivo circulante		<u>17.804</u>	<u>24.741</u>
Passivo não circulante			
Obrigações especiais	16	31.789	21.153
Total do passivo não circulante		<u>31.789</u>	<u>21.153</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	17.1	13.801	13.801
Reservas de lucros	17.2	6.903	2.091
Total do Patrimônio líquido		<u>20.704</u>	<u>15.892</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>70.297</u></u>	<u><u>61.786</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita líquida de produtos e serviços	18	111.512	97.534
Custo dos produtos e serviços	19	(89.093)	(75.959)
Lucro bruto		<u>22.419</u>	<u>21.575</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	20	(4.139)	(3.916)
Lucro antes do resultado financeiro		<u>18.280</u>	<u>17.659</u>
Receitas financeiras	21	1.834	618
Despesas financeiras	21	(874)	(1.279)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		<u>19.240</u>	<u>16.998</u>
Despesa de IRPJ e CSLL - Corrente	23	(6.622)	(5.899)
Despesa de IRPJ e CSLL - Diferido	23	194	-
Lucro líquido do exercício		<u>12.812</u>	<u>11.099</u>
Lucro por ação - R\$		<u>0,93</u>	<u>0,80</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Resultado do exercício	12.812	11.099
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>12.812</u>	<u>11.099</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Lucro líquido do exercício</u>	<u>12.812</u>	<u>11.099</u>
Total do Resultado Abrangente do Exercício	<u>12.812</u>	<u>11.099</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijoá Participações e Investimentos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros			Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido e adiantamento para aumento de capital
		Capital social	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros				
Em 31 de dezembro de 2015		11.301	926	-	(6.249)	5.978	-	5.978
Adiantamento para futuro aumento de capital	17.1	-	-	-	-	-	2.500	2.500
Aumento de capital	17.1	2.500	-	-	-	2.500	(2.500)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	11.099	11.099	-	11.099
Constituição de reservas	17.2	-	242	923	(1.165)	-	-	-
Distribuição de dividendos	17.3	-	-	-	(3.685)	(3.685)	-	(3.685)
Em 31 de dezembro de 2016		13.801	1.168	923	-	15.892	-	15.892
Lucro líquido do exercício		-	-	-	12.812	12.812	-	12.812
Constituição de reservas	17.2	-	641	5.093	(5.734)	-	-	-
Distribuição de dividendos	17.3	-	-	(922)	(7.078)	(8.000)	-	(8.000)
Em 31 de dezembro de 2017		13.801	1.809	5.094	-	20.704	-	20.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Tijóá Participações e Investimentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Das atividades operacionais		
Lucro antes do IR e CSLL	19.240	16.998
	19.240	16.998
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado/ consumido nas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	1.487	459
Resultado ajustado	<u>20.727</u>	<u>17.457</u>
Decréscimo/ (acrécimo) de ativos		
Contas a receber	4.728	(4.079)
Impostos a recuperar	(114)	824
Outros créditos	(314)	(2)
Acrécimo/ (decrécimo) de passivos		
Fornecedores	2.835	(411)
Encargos do setor	(519)	3.120
Partes relacionadas	712	(1.496)
Salários e encargos sociais a recolher	620	(99)
Impostos e contribuições a recolher	(195)	(1.760)
Obrigações especiais e outras obrigações	431	16.762
Impostos e contribuições pagos	(6.622)	(4.802)
Caixa gerado nas atividades operacionais	<u>22.289</u>	<u>25.514</u>
Das atividades de investimentos		
Aquisição/baixa de ativo imobilizado e intangível	(20.172)	(16.947)
Aumento de capital	-	2.500
Dividendos pagos	(8.186)	(3.500)
Aplicação financeira vinculada	4.597	(895)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(23.761)</u>	<u>(18.842)</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.472)</u>	<u>6.672</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	8.479	1.807
No final do exercício	7.008	8.479
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.471)</u>	<u>6.672</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Tijoá Participações e Investimentos S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, constituída em 23 de setembro de 2011, que tem por objeto a exploração de potenciais hidráulicos para fins de geração de energia elétrica na usina Três Irmãos (Usina) e de atividades correlatas e auxiliares à exploração desses aproveitamentos e respectivas instalações, observadas as normas regulamentares aplicáveis.

A Companhia detém a concessão em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência da Usina até 10 de outubro de 2044, conforme Contrato de Concessão nº 03/2014-MME, assinado em 10 de setembro de 2014, outorgado pela União, através da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O Contrato determina que toda garantia física de energia e de potência da Usina será alocada, integralmente, em regime de cotas destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN, a Concessionária, será remunerada por receita decorrente da aplicação da tarifa calculada pela ANEEL denominada Receita Anual de Geração (RAG), a qual passou a perceber receita a partir de outubro de 2014.

Os investimentos realizados pela Concessionária, seja de ampliação ou melhoria, serão avaliados e incorporados à RAG no processo de revisão tarifária subsequente.

A Usina localiza-se no município de Andradina, SP com uma potência instalada total de 807,5 MW e energia assegurada 217,5 MWh.

2. Elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Resoluções emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Data de autorização das demonstrações contábeis

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em 26 de janeiro de 2018.

2.2. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor 31 de dezembro de 2017

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) / CPC 48 - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
- IFRS 15 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) / CPC 47 – estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 - Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

2.3. Julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis utilizados na preparação das demonstrações contábeis, que de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

3. Principais práticas contábeis adotadas

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos períodos e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

b) Contas a receber de clientes e perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, que são reconhecidas considerando-se a avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em exercícios anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobertura de prováveis perdas na realização conforme os valores demonstrados na Nota Explicativa nº 6.

c) Tributação sobre a renda

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia são calculados da seguinte forma:

- i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica:** à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240;
- ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:** à alíquota de 9%.

A despesa de imposto de renda e contribuição social - corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários em vigor na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

O imposto sobre a renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Impostos sobre a renda corrente e diferido

O imposto sobre a renda corrente e diferido é reconhecido como despesa ou receita no resultado exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que os impostos também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido.

d) Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

d.1) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis conforme a situação.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras e outros créditos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

- **Ativos financeiros ao custo amortizado**

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável.

Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

d.2) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, encargos do setor e outras obrigações.

e) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é computada pelo método linear, de acordo com as taxas definidas pela ANEEL e demonstradas na Nota Explicativa nº 9.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

f) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem direitos de uso de *software*. A amortização é registrada pelo método linear, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa nº 10.

g) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

h) Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número de ações ordinárias totais, ao fim do período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

i) Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos funcionários, o qual é vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados a cada exercício.

A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

j) Reclassificações

Na apresentação das demonstrações contábeis comparativas de 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$ 147 de “Materiais em estoque” foi reclassificado para o ativo imobilizado para melhor apresentação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	2.094	455
Aplicações financeiras	4.914	8.024
	7.008	8.479

Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento financeiro ou outros fins. Em 31 de dezembro de 2017, as aplicações estão representadas por aplicações financeiras mantidas parte em aplicações de Renda Fixa - Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerada a taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99% do CDI em 31 de dezembro de 2016).

5. Aplicação financeira vinculada

	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras – UG 05 (a)	1.596	6.746
Aplicações financeiras – Fiança (b)	5.377	4.824
	6.973	11.570

- (a) Refere-se ao saldo remanescente da indenização líquida do prêmio de seguro, e reembolso dos custos diretos complementares incorridos durante a recuperação da UG 05, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.676 de 17 de outubro de 2017 (vide Nota Explicativa nº 16).

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo está aplicado em Certificado de Depósito Bancário - CDB remunerado a taxa de 97% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (em 31 de dezembro 2016 parte do valor estava aplicado em operações compromissadas e em CDB remunerados a taxa de 100% do CDI). Assim sendo, essa aplicação financeira não foi considerada pela Administração da Companhia como “Caixa e equivalente de caixa”.

- (b) Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os saldos estão aplicados em Certificado de Depósito Bancário – CDB remunerados a taxa 100% do CDI e bloqueados para movimentação em garantia para Cartas Fianças.

6. Contas a receber

	31/12/2017	31/12/2016
Contas a receber – Terceiros (i)	1.290	590
Suprimento de Energia – CCGF (ii)	12.595	13.469
Ressarcimento financeiro reparo UG 5 (iii)	-	4.554
	13.885	18.613

- (i) Montante a receber referente ao contrato 867/2014-DAQ/DNIT, firmado em outubro de 2014;
- (ii) Montante a receber referente energia alocada em regime de cotas destinadas às Distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN e faturadas conforme CCGF- Contrato de Cotas de Garantia Física.
- (iii) Saldo do montante a receber referente ao ressarcimento financeiro correspondente ao reparo da UG-05, em contrapartida da rubrica “Obrigações Especiais” e “Adiantamento - Reparo UG-05, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.864, de 31 de maio de 2016.

O quadro a seguir apresenta os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	12.543	17.658
Vencidos até 30 dias	52	135
Vencidos de 31 a 60 dias	852	105
Vencidos de 61 a 90 dias	-	144
Vencidos há mais de 90 dias	438	571
	13.885	18.613

A Companhia tem como procedimento reconhecer as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosas, quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores envolvidos de acordo com o prazo original das contas a receber. O cálculo da perda é, em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e garantias oferecidas respectivamente. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 nenhuma perda foi reconhecida.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2017	31/12/2016
Impostos a recuperar Lei 10.833	38	-
PIS a recuperar não cumulativo (i)	99	83
COFINS a recuperar não cumulativo (i)	454	384
ISS a compensar	-	10
IRPJ a recuperar	6	6
CSLL a recuperar	4	4
	601	487

(i) Os créditos referem-se ao inciso II do art. 3º das Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, as quais regulamentam a sistemática do PIS/COFINS não cumulativo.

8. Outros créditos

	31/12/2017	31/12/2016
Seguros	999	984
Carta fiança	-	63
Adiantamentos a fornecedores	150	31
Adiantamento de férias	16	13
Projetos de P&D	240	-
	1.405	1.091

9. Imobilizado

	Imobilizado em serviço					Imobilizado em curso						Total
	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Reservatórios barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	A ratear	Máquinas e equipamentos	Adiantamento a fornecedores	Reservatórios barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Peças sobressalentes	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	835	246	13	767	-	2.121	-	-	-	-	-	3.982
Adições	469	-	9	-	-	647	12.673	2.672	562	136	188	17.356
Transferências	2.768	-	-	-	-	(2.768)	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	(767)	-	-	-	-	-	-	-	(767)
Depreciação	(118)	(38)	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	(158)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.954	208	20	-	-	-	12.673	2.672	562	136	188	20.413
Adições	356	-	2	-	-	-	12.924	4.290	1.894	122	452	20.040
Transferências	32.480	-	35	2.414	223	-	(25.518)	(6.962)	(2.414)	(258)	-	-
Baixas	(19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19)
Depreciação	(948)	(39)	(3)	(27)	(4)	-	-	-	-	-	-	(1.021)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	35.823	169	54	2.387	219	-	79	-	42	-	640	39.413
Taxa média de depreciação %	17%	16%	6%	2%	3%							

A Companhia não segrega valor residual dos principais componentes de seu ativo imobilizado, uma vez que ao final de suas vidas úteis não são esperados resultados positivos com a sua alienação.

Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa de bens do ativo imobilizado, calculados como sendo a diferença entre valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado em que o ativo foi baixado. A depreciação é calculada de forma linear de acordo com as taxas definidas pela ANEEL.

Em junho de 2016, a ANEEL divulgou a Nota Técnica nº 049 com as orientações para a contabilização dos gastos informados no Plano de Investimentos Simplificado. Dessa forma, a Companhia equalizou a interpretação realizando a baixa de valores contabilizados como investimento no período anterior na conta de Reservatórios, barragens e adutoras.

10. Intangível

	Licenças de uso e Software	
Saldo em 31 de dezembro de 2015		1.076
Adições		358
Amortização		(301)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		1.133
Adições		10
Amortização		(325)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		818
Taxa de amortização %		20%

11. Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores - Materiais e serviços	3.484	649
	3.484	649

A conta de fornecedores é composta principalmente por saldos a pagar de materiais de manutenção e serviços da mesma natureza, o acréscimo no saldo da conta refere-se as notas fiscais do Aditivo I ao contrato Reparo UG-05 com o fornecedor Andritz.

12. Encargos do setor

	31/12/2017	31/12/2016
P&D – Pesquisa e desenvolvimento	1.536	1.119
TFSEE - Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	14	14
CFURH – Compen. finan. pela utilização de recurs. hídricos	1.728	2.969
TUST – Tarifa de uso do sistema de transmissão e conexão	5.589	5.284
	8.867	9.386

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em conformidade com a Lei 9.991/2000, as concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólicas, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem investir anualmente um percentual de sua receita operacional líquida – ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do setor de energia elétrica. As empresas do setor de geração de energia elétrica, devem investir no mínimo 1% de sua Receita Operacional Líquida – ROL em projetos de P&D regulados pela ANEEL.

Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi criada, pela Lei nº 9.427, de 26/12/1996, e regulamentada pelo Decreto nº. 2.410, de 28/11/1997, com a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura das suas despesas administrativas e operacionais. A Lei nº. 12.783, de 11/01/2013, reduziu a TFSEE de 0,5% (cinco décimos por cento) para 0,4% (quatro décimos por cento) do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pelo uso dos recursos hídricos para a geração de energia. A Agência Nacional de

Energia Elétrica - ANEEL gerencia a cobrança da taxa e a distribuição dos recursos arrecadados entre os municípios, Estados e a União.

Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

A Resolução 281, de 1º de outubro de 1999, estabelece as condições gerais de contratação do acesso, compreendendo o uso e a conexão. A cobrança está regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 559/2013 que define o pagamento do uso do sistema de transmissão por meio da aplicação das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST aos sistemas de transmissão de energia elétrica, a operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

13. Partes relacionadas

	31/12/2017		31/12/2016	
	Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.	29	(317)	4	(345)
Furnas Centrais Elétricas S.A. (a)	1.186	(9.811)	385	(4.319)
CSE - Centro de Soluções Estratégicas S.A (b)	2.079	(12.830)	2.193	(11.988)
	3.294	(22.958)	2.582	(16.652)

(a) Referem-se aos valores a pagar de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST).

(b) O montante a pagar a CSE refere-se ao contrato firmado em outubro de 2015, com objeto de AO&M (Administração, Operação e Manutenção) da Usina Hidrelétrica Três Irmãos. Especificamente, com relação a CSE, o impacto no resultado está registrado principalmente como custo de operação.

Os saldos de passivos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas as operações com partes relacionadas, estão apresentadas no quadro acima e foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

14. Salários, provisões e encargos sociais a recolher

	31/12/2017	31/12/2016
Provisões para férias e encargos	511	457
Encargos sobre salários e honorários da administração	179	183
Provisões PLR, bônus e encargos	570	-
	1.260	640

A Companhia concede participação nos lucros e resultados a seus funcionários e bônus a seus administradores, vinculados ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecida e aprovada anualmente, tendo sido reconhecido no resultado do exercício de 2017 o valor de R\$ 570 (em 2016 não houve a constituição de PLR e bônus).

15. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2017	31/12/2016
IRRF PJ retido de terceiros	32	38
PIS, COFINS e CSLL retidos de terceiros	94	126
INSS retido de terceiros	12	11
ISS retido de terceiros	52	14
IRPJ a recolher	6	121
CSLL a recolher	46	76
PIS a recolher	73	81
COFINS a recolher	339	373
ISS a recolher	10	19
	664	859

16. Adiantamento – Reparo UG - 05 e Obrigações especiais

A Usina Hidrelétrica Três Irmãos (UHE Três Irmãos), cuja concessão atualmente é detida pela Tijoá Participações e Investimentos S.A. (Tijoá), tinha como concessionária até o dia 09 de outubro de 2014 a Companhia Energética de São Paulo (CESP). Durante a concessão da CESP ocorreu um sinistro na Unidade Geradora nº 05 (UG-05) da referida usina e a CESP acionou o seguro vigente à época, objetivando contratar os serviços e os equipamentos necessários à recuperação da unidade.

Ocorre que o reparo não foi realizado pela CESP, de forma que, extinto o prazo de vigência de sua concessão, foi realizado novo leilão da UHE Três Irmãos, sem que os referidos serviços de reparo fossem contratados. Nesta esteira, a Tijoá logrou-se vencedora do certame e assumiu a concessão no dia 10 de outubro de 2014, após um mês de operação assistida, com apenas 4 unidades geradoras funcionando, pois a UG-05 permanecia a espera de reparo. Dessa forma, a ANEEL, Agência reguladora do setor, entendeu que seria responsabilidade do novo concessionário, Tijoá, efetuar o serviço de reparo, mas determinou que para tanto fosse utilizado o valor do seguro vigente à época do sinistro. Após o recebimento pela CESP do montante do seguro, esta repassou a indenização para a Tijoá (R\$ 8.782).

Em 31 de maio de 2016, a ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 5.864, autorizou a Tijoá a concluir o processo de contratação dos serviços e dos equipamentos necessários à recuperação da Unidade Geradora nº 5 (UG-05) da UHE Três Irmãos, no valor total de R\$ 29.334, sem impostos.

Esse montante foi inserido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, na liquidação financeira da contratação de cotas de garantia física e de potência, na proporção das respectivas cotas de garantia física e de potência da UHE Três Irmãos para pagamento por cada distribuidora e registrado em contrapartida da conta “Obrigações especiais – Passivo não circulante”.

Adicionalmente, essa mesma Resolução, estabelece que o prêmio do seguro supracitado é parte integrante desse ressarcimento financeiro e deveria ser descontado das últimas parcelas do cronograma de desembolso estabelecido pela ANEEL, logo também deveria ser considerado como “Obrigações especiais”.

Dessa forma, com base na referida Resolução, o registro do valor do prêmio de seguros foi contabilizado no passivo circulante da Companhia a título de adiantamento. Em 02 de março de 2017, por meio de Despacho nº 590 de 02 de março de 2017, a ANEEL determinou que a

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE efetuasse, a partir de março de 2017 (competência fevereiro de 2017), a liquidação financeira da contratação de cotas de garantia física e de potência da UHE Três Irmãos, o desconto do valor do prêmio de seguro, liquidando o adiantamento.

Em 13 de outubro de 2017, por meio da Resolução Autorizativa n.º 6.676, a Aneel autorizou o reembolso do montante de R\$ 3.146 à Companhia de custos diretos complementares incorridos durante a recuperação da UG-05, por meio da inserção pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE do valor complementar autorizado, na liquidação financeira da contratação das cotas de garantia física e de potência do mês de outubro de 2017. O referido montante foi recebido em 21 de novembro de 2017.

Em maio de 2017, a UG-05 entrou em operação passando a ser depreciada. Dessa forma, também conforme, a Resolução Autorizativa n.º 5.864 de 31 de maio de 2016, o saldo da conta de Obrigações Especiais é amortizado por montante equivalente a depreciação calculada sobre o valor do bem adquirido (UG-05) com esses recursos, de forma que o efeito desta despesa seja anulado no resultado do exercício, bem como no fluxo de caixa.

Assim sendo, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os saldos das contas Adiantamento – Reparo UG-05 e Obrigações especiais estão demonstrados como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento - Reparo UG-05	-	10.373
Obrigações especiais	31.789	21.153

17. Patrimônio Líquido

17.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social era de R\$ 11.301 dividido em 11.301.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 25 de abril de 2016, o capital social foi aumentado em R\$ 2.500 mediante capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o capital social da Companhia é de R\$ 13.801 dividido em 13.801.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

A distribuição das ações está assim representada:

	31/12/2017	31/12/2016
Juno Participações e Investimentos S.A.	6.914	6.914
Furnas Centrais Elétricas S.A.	6.887	6.887
	13.801	13.801

17.2. Reserva de lucros

	31/12/2017	31/12/2016
Reserva legal	1.809	1.168
Reserva de lucros	5.094	923
Total Reserva de lucros	6.903	2.091

Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da lei das sociedades por ações.

17.3. Distribuição de lucros (dividendos)

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	12.812	11.099
(-) Prejuízo acumulado do exercício anterior	-	(6.249)
(-) Constituição da reserva legal - 5%	(641)	(242)
(-) Constituição da reserva de retenção de lucros	(5.093)	(923)
Total	7.078	3.685
(-) Dividendos propostos/pagos – 2017	(7.078)	(3.685)
(-) Dividendos complementares – 2016	(922)	-
Total de dividendos	(8.000)	(3.685)

Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê pagamento de dividendos anuais de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, a Diretoria poderá levantar balanços semestrais ou trimestrais e submeter à Assembleia Geral de Acionistas o pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos à conta do lucro apurado no período, bem como o pagamento de dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária.

Em 21 de novembro de 2017, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária - AGE deliberando a proposição da Diretoria para pagamento de dividendos no montante de R\$ 8.000, sendo R\$ 922 da conta de reservas de lucros e R\$ 7.078 do lucro do exercício, e os dividendos pagos no exercício anterior no montante de R\$ 3.500 foram aprovados para distribuição aos sócios na Assembleia Geral Extraordinária - AGE do dia 01 de julho de 2016.

18. Receita líquida

	31/12/2017	31/12/2016
Receita bruta de vendas (e serviços)	138.109	127.611
Deduções da receita		
(-) PIS - Programa de integração social	(2.278)	(2.106)
(-) COFINS - Contribuição para financ. da seguridade social	(10.496)	(9.698)
(-) ISS – Imposto sobre serviço	(130)	(109)
(-) Encargos setoriais (*)	(13.693)	(18.164)
(-) Total deduções da receita operacional	(26.597)	(30.077)
Receita operacional líquida	111.512	97.534

(*) A variação da conta ocorreu principalmente pela redução do encargo da CFURH - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

19. Custo dos produtos e serviços prestados

	31/12/2017	31/12/2016
Serviços de terceiros	(19.507)	(17.393)
Pessoal e encargos	(5.747)	(5.304)
Encargos do setor	(61.703)	(51.335)
Materiais	(783)	(753)
Depreciação e amortização	(171)	(20)
Seguros	(1.147)	(1.125)
Outros	(35)	(29)
	(89.093)	(75.959)

20. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal e encargos	(668)	(614)
Honorários, bônus e benefícios da administração	(1.308)	(1.017)
Encargos sobre honorários e bônus	(219)	(311)
Serviços de terceiros	(1.219)	(1.059)
Viagens	(169)	(221)
Depreciação e amortização	(483)	(438)
Outros	(73)	(256)
	(4.139)	(3.916)

21. Resultado financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
Receita financeira		
Rendimento de aplicação financeira	1.165	618
Outras receitas financeiras	669	-
	1.834	618
Despesa financeira		
Comissões e despesas bancárias	(773)	(1.030)
Outros juros, multas e atualizações	(101)	(249)
	(874)	(1.279)
Resultado financeiro	960	(661)

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Considerações gerais e políticas

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

Gestão de risco financeiro - Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

a) Risco de mercado

A Sociedade está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, sendo que substancialmente, às variações da taxa CDI que remunera suas aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário - CDB.

b) Risco de crédito

O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados ao seu cliente. A Companhia também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Este risco é atenuado pela restrição de suas operações a instituições financeiras consideradas de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações de renda fixa e curto prazo de vencimento.

c) Risco de liquidez

A Companhia monitora o risco de insuficiência de recursos, administrando seus recursos financeiros de modo a garantir o cumprimento de suas obrigações no curto e longo prazo.

d) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2017, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas demonstrações contábeis pelo fato de elas estarem atreladas basicamente à variação do CDI.

23. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridos pelo regime de competência.

a) Tributos diferidos

É contabilizado um ativo ou passivo referentes a tributos diferidos a partir das diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis e com base nos prejuízos fiscais acumulados em exercícios anteriores, os quais, de acordo com a legislação tributária brasileira, não tem prazo prescricional para ser compensado.

Demonstrativo do cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido diferidos, registrados no ativo:

	31/12/2017	31/12/2016
Diferença temporária - PLR, Bônus	570	-
Alíquotas vigentes (25% de IRPJ e 9% de CSLL)	34%	34%
Total do IRPJ e CSLL diferidos ativo	194	-

b) Tributos correntes

A conciliação de despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2017 IRPJ/CSLL	31/12/2016 IRPJ/CSLL
Resultado antes do IR e CSLL	19.240	16.998
Imposto de Renda e Contribuição Social alíquota nominal	(6.542)	(5.779)
Adições permanentes	(30)	-
(Adições) /exclusões temporárias (a)	(194)	31
(Adições) /exclusões exercícios anteriores (b)	119	(175)
Outros (c)	24	24
Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado	(6.622)	(5.899)
Alíquota efetiva	34%	35%

(a) Em 2017, provisões de PLR, bônus e encargos;

(b) Adição/exclusão dos valores correspondentes aos Incentivos fiscais concedidos a Lei Rouanet, Lei do Esporte, Fundo da Infância e Adolescência, Lei do Idoso, PRONON e PRONAS; e

(c) Parcela isenta do adicional do Imposto de Renda.

24. Seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes

Coberturas	Vencimento	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade civil	07/11/2018	20.000	31
Riscos operacionais	07/11/2018	653.000	1.120
Veículos	25/05/2018	242	9

25. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 27 de abril de 2017 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia no montante de até R\$ 1.320.

A destinação deste montante é dada pelo Conselho de Administração, sendo certo que, no que se refere à remuneração dos membros do Conselho Fiscal, será observado o disposto no parágrafo 3º do art. 162 da Lei da S.A.

A remuneração total do pessoal chave da Administração reconhecida no resultado dos exercícios está apresentada no quadro da Nota Explicativa nº 20.

26. Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis e ambientais. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, adota a prática de provisionar apenas aquelas contingências classificadas como de risco provável.

Não havia contingências classificadas como risco provável de perda na data-base 31 de dezembro de 2017 e 2016.

As causas classificadas como perda possível, não são registradas nas demonstrações contábeis, e são apresentadas como a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Riscos cíveis	30	-

